



CONSERV

Introducing CONSERV, an unprecedented land conservation mechanism for private properties

Having just reached the one-year milestone since its implementation in October of 2020, CONSERV has already shown in practice that it is possible to build a new land use paradigm in Brazil.

A private program, CONSERV compensates rural producers in the Legal Amazon who are committed to conserving native vegetation which could legally be deforested. It contributes to the conservation of important ecosystem services, regulation of rain patterns, habitat and biodiversity protection, and carbon stock maintenance, contributing to climate change mitigation.

In August, IPAM's (Amazon Environmental Research Institute) team visited participating properties in Sapezal, Mato Grosso. IPAM plans to extend the initiative to another two locations in 2021.

Current status

9 contracts signed, totaling
8,410 hectares of native vegetation protected.

Carbon stock in the contracted area
of **137,198t** which would result in the
emissions of **507,635t** CO₂ if deforested.

25 payments already made to producers.

The area protected by CONSERV is approximately
11.5 thousand football fields,
or half the area of Glasgow.



Potential

The Legal Amazon has **11** million hectares of native vegetation areas located in private properties which can legally be cleared.

The state of Mato Grosso contains **3** million eligible hectares. There are **133** million tons of carbon stocked in these areas - if deforested, this would result in emissions equivalent to **22%** of Brazilian emissions in 2019.

In the state of Pará, where we are advancing with implementation, there are **2** million hectares of potentially eligible areas, totalling **94** million tons of carbon stocked in above-ground biomass.

Access the CONSERV
website and learn more.



Realization



Support





CONSERV

Conheça o CONSERV, mecanismo inédito de conservação em propriedades privadas

Após completar um ano de implementação, em outubro de 2021, o CONSERV já conseguiu provar na prática que é possível construir um novo paradigma de uso da terra no Brasil.

Privado e de adesão voluntária, o mecanismo remunera produtores rurais da Amazônia Legal comprometidos a conservar áreas de vegetação nativa que poderiam ser desmatadas legalmente em suas propriedades. Dessa forma, é possível conservar importantes serviços ecossistêmicos, como a regulação de ciclos de chuva, manutenção de habitat para biodiversidade, estoques de carbono, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas.

Nos meses de agosto e setembro, a equipe do IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) visitou as áreas contratadas no município de Sapezal, em Mato Grosso. A previsão é de que o projeto expanda para outras localidades ainda em 2021.

Presente

9 contratos firmados, totalizando **8.410** hectares de vegetação protegida.

137.198 toneladas de carbono estocado na área contratada, o que equivaleria a emissão de **507.635** toneladas de CO₂, se desmatados.

25 pagamentos já foram feitos a produtores.

Área conservada é de aproximadamente **11.500** campos de futebol, metade da área de Glasgow.



Potencial

A Amazônia Legal possui uma área de **11** milhões de hectares de vegetação nativa que pode ser legalmente desmatada em imóveis rurais privados.

Só no estado de Mato Grosso são **3** milhões de hectares, número que corresponde a **133** milhões de toneladas de carbono estocado acima do solo que, se desmatado, equivaleria a **22%** das emissões do Brasil em 2019.

Para o estado do Pará (em processo de implementação), o potencial é de **2** milhões de hectares, o que equivale a **94** milhões de toneladas de carbono estocadas acima do solo.

Acesse o site do CONSERV e saiba mais.



Realização



Apoio

